

Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Formação inicial de professores em Mato Grosso do Sul, história da implantação do curso de pedagogia – experiência da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1981 -2004)

Marilda Bonini Vargas¹
Margarita Victoria Rodríguez²

Resumo: O texto apresenta, mediante uma pesquisa documental, a análise da criação e implementação do Curso de Pedagogia da UFMS, e a influência das políticas de formação inicial de professores (1980-2004). O estudo revelou que as políticas de formação de professores para a educação básica impactaram de forma imprevisível na organização curricular do Curso de Pedagogia, implicando em uma formação inicial voltada para a prática - reflexiva dos professores. A formação oferecida apresentou mudanças significativas durante a segunda metade dos anos de 1990, verificaram-se alterações nos conteúdos, nome das disciplinas, carga horária, focando a formação inicial na racionalidade técnica e centralizada na prática. Provocando um afastamento em relação à fundamentação teoria, voltando esta formação para o novo tecnicismo orientado pelos documentos oficiais.

Palavras chave: Formação Inicial, Políticas educacionais, Curso de Pedagogia.

Abstract: The text presents, by a documental research, the analysis of the creation and implementation of the Course of Pedagogy of UFMS, and the influence of the politics of teachers' initial formation (1980-2004). The study revealed that the politics of teachers' formation for the basic education influenced in a relevant way in the organization of the Course of Pedagogy, implicating in an initial formation gone back to the practice - reflexive of the teachers. The offered formation presented significant changes during the second half of the years of 1990, was verified alterations in the contents, name of the disciplines, workload, focusing the initial formation in the technical rationality and centralized in practice. Provoking a removal in relation to the theoretical backrest, going back this formation to the new "tecnicismo" guided by the official documents.

Key words: Initial formation, education Politics, Course of Pedagogy.

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul teve início em 1962, suas origens estão ligadas à instauração da Universidade Estadual de Mato Grosso pela Lei Estadual nº 2.947, de 16.09.1969, que tinha como vocação inicial à formação de professores em cursos de licenciatura curta. Em 1967, o Governador Pedro Pedrossian, criou em Corumbá o Instituto Superior de Pedagogia, e em Três Lagoas Ciências Humanas e Letras, ampliando a rede pública estadual de ensino superior. Em 16/7/1969, a Lei Estadual nº 2.947, integrou os Institutos de Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas instituindo a Universidade Estadual de

¹ Mestre em Educação, pela Universidade Católica Dom Bosco e professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: boninivargas@gmail.com.

² Professora Doutora do Programa de Pós-graduação - Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco. E-mail: poroyan@uol.com.br.

Mato Grosso. Em 1970 foram criados os Centros Pedagógicos de Aquidauana e Dourados, e adicionados a UEMT.

Com a divisão do Estado em 11/10 de 1977, a UEMT foi federalizada pela Lei nº 6.674, de 5/7/1979, com sede administrativa em Campo Grande, foram criados mais 4 campi em Aquidauana, Corumbá, Dourados, e Três Lagoas, e em 2001 criaram-se mais dois campi: um em Coxim e outro em Paranaíba. Destes sete campus, quatro ofereciam o Curso de Pedagogia (Campo Grande, Corumbá, Três Lagoas e Aquidauana).

O primeiro campi da UFMS antiga UEMT a disponibilizar o Curso de Pedagogia na região sul do Estado foi o de Corumbá (1968), seguido por Três Lagoas (1970), Campo Grande (1981), Dourados (1983) e Aquidauana (1996). Entretanto, ressalta-se, que este texto focalizará somente o Curso de Pedagogia do campi da UFMS de Campo Grande. Embora, as estruturas curriculares dos cursos de Pedagogia da UFMS tenham sido elaboradas seguindo o currículo mínimo³ estabelecido pela Resolução 002/1969⁴ do Conselho Federal de Educação, cada campi possuía uma estrutura própria, com diferentes habilitações e cargas horárias.

O Curso de Pedagogia da UFMS com sede em Campo Grande foi implantado em 1981 pela Portaria UFMS de Nº 091-A/1980, sendo o terceiro curso desta ordem a ser oferecido pela instituição. Diferentemente dos outros cursos de Pedagogia da UFMS, começou com as habilitações de licenciatura para o Magistério da Pré-escola e séries do iniciais 1º grau. Com carga horária superior, totalizando 3056 horas e com 50 vagas anuais, no período noturno. A duração do curso era 7semestres, possibilitando, ainda a habilitação em Supervisão Escolar para o aluno que concluísse o 8 semestre. Segundo a Portaria UFMS Nº 091-A/1980, o diploma ficaria da seguinte forma:

O aluno ao concluir o 7º semestre receberá o Diploma de Licenciatura Plena em Pedagogia – habilitação Magistério das Séries Iniciais do 1º Grau. Com a conclusão do 8º semestre o diploma será apostilado com a habilitação de Supervisão Escolar para a Escola de 1º e 2º Graus.

A estrutura curricular foi montada respeitando a Resolução CFE 002/1969, como uma parte comum e outra parte diversificada. As disciplinas que correspondiam à parte específica do currículo totalizam 570 h para cada Habilitação. Assim, o currículo ficava disposto

³ Segundo a Resolução CFE 002/1969, o currículo mínimo continha uma parte comum, correspondente as disciplinas de Sociologia, Psicologia da Educação, História da Educação, Filosofia da Educação e Didática. E uma parte diversificada, com a disciplina de Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º graus.

⁴ De acordo com a mesma Resolução, o Curso de Pedagogia teria duração mínima de 3 anos e máxima de 7, com 2.200 horas de atividades. (arts. 3º e 4º).

contendo, 1.095 h parte comum, 1.110 h diversificada e as disciplinas exigidas pela legislação Lei 5.540/1969 (Educação Física e Estudos e Problemas Brasileiros) totalizando 180 h, uma parte complementar 285 h e as disciplinas complementares para quem fosse se habilitar também em Supervisão Escolar 390 h, totalizando 3060 h para quem o completasse em quatro anos.

No primeiro semestre do ano de 1981, a UFMS campus de Campo Grande abria vestibular para o Curso de Pedagogia, com 30 vagas no período noturno com habilitação em Magistério nas Séries Iniciais do 1º Grau e Supervisão Escolar. Contudo, a estrutura curricular especificada na Portaria UFMS de Nº 091-A/1980, foi revogada e o curso entrou em funcionamento sob uma nova estrutura curricular aprovada pela Portaria UFMS nº 129-A/1980. Assim, o curso iniciou com duração de 7 semestres e carga horária de 2730 horas. A nova matriz deu mais ênfase às disciplinas da área de fundamentos da educação: História da Educação e Filosofia da Educação que tinham uma carga horária de 180 horas passaram a contar com 210 horas, e Sociologia da Educação que antes tinha 105 horas, mudou para 165 horas. Já em relação às disciplinas de Psicologia da Educação e Didática tiveram uma redução de carga horária, de 240 para 225 horas e de 300 para 165 horas respectivamente. Essa redução pode ser explicada pelo fato que na década de 1970, a psicologia ocupava um lugar de destaque entre os cursos de formação de professores. No entanto, essa questão passou a ser revista no começo da década de 1980, quando o meio acadêmico começou a questionar as teorias psicológicas voltadas para a educação. Segundo, Azanha *apud* por Patto (2004, p.65):

(...) a questão da qualidade do ensino escolar não pode ser resolvida metodologicamente pela mera substituição de um método de ensino calcado em determinada teoria do desenvolvimento e/ou da aprendizagem por outra, fundada em outra teoria psicopedagógica. O professor precisa ser formado para enfrentar os desafios da novidade escolar contemporânea.

Desta forma, as propostas educacionais fundadas nas teorias da psicologia foram objeto de crítica porque resumiam a educação apenas ao processo ensino-aprendizagem, não levando em conta as especificidades políticas das relações sociais envolvidas nesse processo. Portanto, a partir da década de 1980, as matrizes curriculares começaram a ser influenciadas pelas teorias da história e da filosofia, que passaram a discutir questões envolvidas na produção, sistematização e transmissão do conhecimento, visando uma melhor compreensão da educação no contexto social, buscando assim, elucidar o conhecimento educacional e as teorias pedagógicas. Essa nova estrutura significou um avanço bastante significativo em relação à anterior, pois apresentava um acréscimo em relação à carga horária e números de

semestres a serem disponibilizados. As disciplinas que fundamentam o curso como as de História, Filosofia e Sociologia da Educação, são essenciais para poder focalizar o aluno na área das Ciências Humanas e Sociais. Estas disciplinas são basilares para desenvolver a formação cultural tendo como base a educação e cultura de uma sociedade. Severino (2003, p.83) menciona que:

(...) o currículo de todas as áreas de formação profissional, para além de um eixo disciplinar relacionado a seu campo de especialização científica ou técnica, precisa dispor de eixos complementares integrados, do campo antropológico, do campo sócio-histórico e do campo filosófico. Ou seja, o profissional, qualquer que seja sua área de formação, precisa sair da universidade com lúcida compreensão da significação de sua existência, em razão de sua pertença à espécie humana e das conseqüências dessa pertença, de sua inserção numa determinada sociedade histórica, com seus vínculos e peculiaridades e dos recursos do conhecimento na construção de todas essas referências.

Assim, esses fundamentos são essenciais não só no Curso de Pedagogia, mas em todas as formações universitárias, pois contribuem para que os cidadãos reflitam sobre sua prática individual e social. Retomando Severino (2003), essas práticas se refletem na existência, contribuindo para que o homem construa a sua realidade, e por meio delas se humaniza, personaliza-se e se transforme em cidadão. Saviani (2000) menciona que o Curso de Pedagogia é aquele que forma o educador e o educador é aquele que educa, portanto, é ele que realiza e desenvolve a ação educativa. Daí a importância de uma fundamentação histórica para a pedagogia. Contudo, essa ação educativa exige uma reflexão por parte do educador, e é a filosofia da educação que propicia e fundamenta essa reflexão. Então a sistematização da educação implica principalmente contar com as bases históricas e filosóficas, não podendo ser respaldada somente nas teorias da psicologia e didática como vinha ocorrendo.

O Curso de Pedagogia começou e permaneceu com a mesma estrutura até o ano de 1983, quando é autorizado seu funcionamento pelo Parecer MEC de nº 375/1983. Contudo, o plano de curso foi aprovado, porém, sem a habilitação em Supervisão Escolar que havia sido prevista desde o ano de 1981. Já no ano de 1984 entrou em vigor uma nova estrutura curricular aprovada pela Resolução UFMS de nº 57/1983, que revogava as anteriores e fazia a integralização das habilitações, que passava a denominar-se Magistério da Pré-escola á 4 º Série do 1º Grau. O curso ficou com 2595 horas e oito semestres de duração, distribuídas entre os núcleos de formação geral⁵, o currículo mínimo e as disciplinas específicas para cada

⁵ Abrange as disciplinas de Língua Portuguesa, Metodologia Científica, Educação Física e Estudos e Problemas Brasileiros.

habilitação. Em relação às disciplinas, estas continuaram as mesmas, salvo algumas alterações na carga horária e nomenclatura.

Observa-se nesta resolução que foi acrescentado ao curso um semestre, no entanto, a carga horária foi reduzida tendo um decréscimo de 465 h em relação à primeira estrutura curricular. Neste documento era acrescida a Habilitação em Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º grau, em substituição a Habilitação em Supervisão Escolar, extinguindo-se, qualquer possibilidade de uma habilitação técnica no campi da UFMS em Campo Grande. Essas habilitações foram reconhecidas em 05/10/1984, sob o CFE 691/1984. A estrutura curricular aprovada pela resolução acima mencionada permaneceu em funcionamento até o ano de 1990, quando foi revogada pela Resolução UFMS de nº 045/1990, entrando em vigor a partir do 1º semestre de 1990. A estrutura curricular continha: Currículo mínimo 1890 horas, complementar obrigatória 165 horas, complementares optativas 300 horas e legislação específica (Educação Física e Estudos de problemas brasileiros) 180 horas, totalizando 2535 horas.

Esta Resolução foi homologada em 05/04/1990. No mesmo ano, a Resolução UFMS nº 058/1990, em seu art. 2º resolveu alterar as nomenclaturas das habilitações, Magistério da Pré-escola e 1º Séries do 1º grau para Magistério da Pré-escola e Magistério para as Séries Iniciais. No entanto, no primeiro semestre do ano de 1991 entraria a estrutura curricular aprovada pela Resolução UFMS de nº 145/1990. Esta estrutura foi composta pelos seguintes núcleos: Currículo mínimo 1020 horas, complementares obrigatórias 975 horas, complementares eletivas 300 horas e legislação específica (Educação Física e Estudos de Problemas Brasileiros) 120 horas, totalizando 2415 horas. Esta estrutura curricular vigorou até 1993, pois a Resolução UFMS de nº 086 de 18/12/1992 aprovou um novo currículo para o Curso. A nova estrutura se apresentava com 2480 horas divididas em quatro anos, ficando as disciplinas do núcleo comum concentradas nos dois primeiros anos, as disciplinas de metodologia no terceiro e as de prática em sala de aula para o quarto ano.

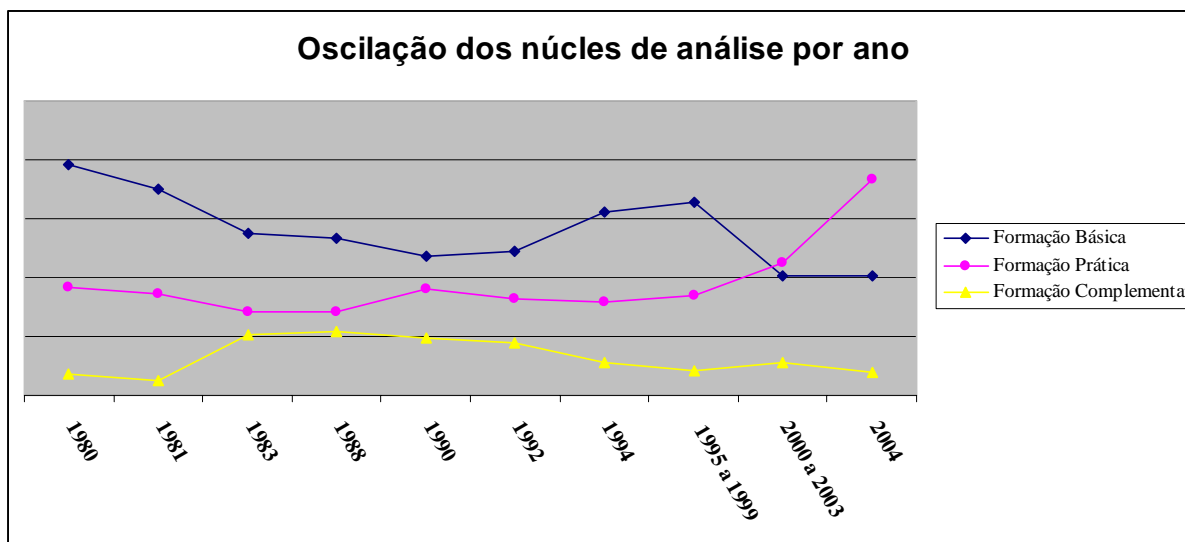
Observa-se que esta resolução deu mais ênfase à disciplina de prática em sala de aula, pois, na primeira matriz curricular, contava com apenas 120 horas, na Resolução 145/1990 ela passou a conter 240 horas e em 1993, a Resolução de nº 086 aprovava esta disciplina com 360 horas, ou seja, no quarto ano, das 4 disciplinas que compõe a grade, 3 são realizadas em forma de prática de ensino na escola de 1º grau e na pré-escola. No período de 2000 a 2003, houve a substituição das disciplinas de Conteúdos e Metodologias pertencentes a matriz no período de 1995 a 1999, pelas disciplinas de Ensino de História, Geografia, Matemática, Ciências e de

Língua Portuguesa. Essas disciplinas em suas novas nomenclaturas passaram a centrar seus conteúdos apenas no ensino específico de cada matéria a ser ministrada nas primeiras séries do ensino fundamental.

Contudo, para o período de 2000 a 2003, foram adicionadas as disciplinas de Fundamentos de História e Geografia; Fundamentos de Língua Portuguesa; Fundamentos de Alfabetização; Fundamentos da Educação Matemática e Fundamentos de Ciências. Verifica-se, então, que houve centralização do estudo de cada ciência voltada para o ensino polivalente característico do professor das primeiras séries do ensino fundamental, e seus fundamentos, que antes eram trabalhados em uma só disciplina, passaram a ser trabalhos separadamente nas disciplinas de fundamentos específicos, adiantando que no próximo ano as disciplinas estariam voltadas mais para a prática de ensino.

Desta forma, no ano de 2004, foram acrescentadas várias disciplinas relativas às Práticas Ensino, o ensino nesta nova matriz passou a centralizar os conteúdos nas práticas específicas de cada ciência que comporta os primeiros anos de ensino fundamental, como mostra o gráfico 1 abaixo:

Gráfico 1: Oscilação dos núcles de análise por ano



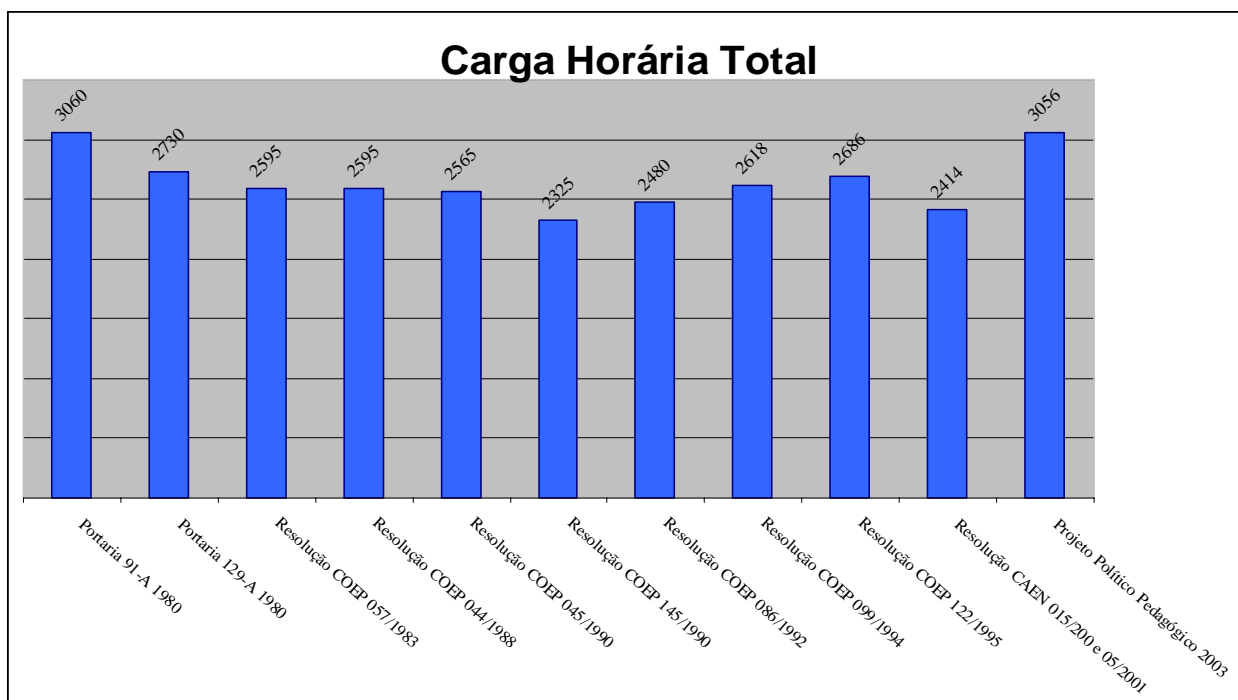
Fonte: Dados extraídos a partir de Portarias e Resoluções da UFMS

Observa-se, que as disciplinas de caráter conceitual foram perdendo seus nomes clássicos, sendo substituídas por disciplinas práticas que por sua vez, passam a trabalhar as questões voltadas quase que somente para a prática do ensino, porém, sem um

aprofundamento histórico e filosófico, pois as disciplinas referentes a esses temas foram retiradas da matriz curricular no ano de 2004. Desta forma, verifica-se que entre os anos de 1981 a 2004, os núcleos que correspondem às disciplinas de formação básica, prática e complementar, apresentaram oscilação bastante significativa. Entretanto, ressalta-se que o núcleo de formação básica teve um declínio relevante tanto em relação à carga horária como aos conteúdos em detrimento ao núcleo de formação prática.

Observa-se que o núcleo relativo a formação básica que no ano de 1981 contemplava 64,05 % da carga horária total do curso, passou a contemplar somente 33,38% no ano de 2004, assim, em termos de carga horária ressalta-se que o núcleo de formação básica perdeu aproximadamente 1100 horas no período de 1981 a 2004. Já em relação à carga horária total, o gráfico 2 demonstra que de 1981 a 2003, o curso perdeu 646 horas, tendo um acréscimo de carga horária total somente no ano de 2004, quando esta se aproximou da carga horária de 1981.

Gráfico 2: Carga Horária Total



Fonte: Dados extraídos a partir de Portarias e Resoluções da UFMS

Como se pode deprender, o Curso de Pedagogia da UFMS em Campo Grande desde seu início em 1981 até o ano de 2004, sofreu várias adequações, principalmente no que diz respeito à carga horária das disciplinas, ocasionadas por definições internas da própria instituição, que foram adequando a formação inicial do pedagogo às novas realidades

educacionais. Os dados acenam que a formação inicial do pedagogo nesta instituição começou em 1981 com uma formação voltada para a formação básica e chegou no ano de 2004 embasada na prática reflexiva. Prática esta que também se utiliza da experiência cotidiana para desenvolver nos alunos conhecimentos significativos ao seu aprendizado.

Isso ocorreu porque na década de 1990 a educação superior estava se adequando ao processo de reestruturação produtiva. “No quadro internacional, assistimos as mudanças nos padrões de trabalho e conseqüentemente nos padrões de relações sociais e de formação escolarizada. (Gatti, 1997, p.2)”. O impacto das novas tecnologias e das novas formas de organização do trabalho sugerem, também, mudanças na formação inicial de professores. Deste modo, a partir do ano de 1995 inúmeros países, em especial o Brasil, vêm desenvolvendo políticas de formação que trazem os docentes como sujeitos centrais desta mudança.

No entanto, a adequação do sistema educacional à reestruturação produtiva, principalmente no nível superior, produz novas formas de organização dos conteúdos escolares e do processo pedagógico. Começa a se exigir do trabalhador da educação, uma nova compreensão dos conteúdos a serem ensinados e dos fundamentos, que em vez de históricos e filosóficos, passam a conteúdos temáticos que compreendam os novos processos sociais e produtivos, que supostamente permitiria um acompanhamento das mudanças sociais. Atrelado a este fator, está o empobrecimento na formação inicial do pedagogo, em relação às disciplinas pertencentes ao núcleo de formação básica. Pois, estas disciplinas foram substituídas em sua maioria por disciplinas relativas a prática docente ou não. Freitas (1995, p. 95) ressalta que:

A formação do professor preferencialmente vista como algo prático. O conceito de prática social tende a ser reduzido ao conceito de problemas concretos, e os últimos orientam a formação do educador. Com isso, a formação teórica do educador corre sérios riscos. A questão não é aumentar a prática em detrimento da teoria ou vice versa – o problema consiste em adotarmos uma nova forma de produzir conhecimento no interior dos cursos de formação do educador.

Ainda segundo o autor, os documentos oficiais em relação à política educacional, em especial a política de formação de professores estão em sintonia com as políticas neoliberais e por meios destas, o capital vai querer controlar a agência escola para garantir a veiculação de seu projeto político. Para o capital a escola “é um local de preparação dos futuros trabalhadores, portanto, ela não pode estar fora de sintonia da produção (FREITAS

1995, p.94)”. Kuenzer apud Aguiar (1999, p. 192), confirma esta afirmação ao mencionar que esta forma de organização das matrizes impulsionada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores em Nível Superior, atribui ao professor “uma dimensão tarefaira, para o que não precisa se apropriar dos conteúdos da ciência e da pesquisa pedagógica”.

O Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, reverteu o quadro de formação inicial que até o ano de 1999 era amparado na formação básica, passa nos anos seguintes a se concentrar na formação prática, principalmente após o ano de 2004. Desta forma, os resultados apontam que as políticas de formação de professores interferiram de forma significativa na organização das disciplinas e de suas cargas horárias, acarretando mudanças curriculares na formação inicial e nas habilitações do curso, em especial nas correspondentes ao exercício do magistério. Transformando a qualificação do profissional em uma formação técnica, voltada para a prática docente, retomando as discussões e críticas acontecidas na década de 1980.

Nota-se ainda, que a instituição pesquisada não está usando de sua autonomia para elaborar as propostas pedagógicas do Curso de Pedagogia, ficando restrita aos documentos oficiais, caminhando, assim, na contramão do que se discute no movimento de educadores, que defendem a base de formação voltada para docência e nela incluída também a noção da escola como um todo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia Ângela. A formação do profissional da educação no contexto da reforma educacional brasileira. In: FERREIRA, Naura S.C. (org). **Supervisão educacional para uma escola de qualidade**. São Paulo: Cortez, 1999.

FREITAS, Luiz Carlos de. Neocentrismo e formação do educador. In ALVES, Nilda. **Formação de professores: pensar e fazer**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 89-103.

GATTI, Bernadete Angelina. Formação de professores e carreira: problemas e movimentos de renovação. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

KUENZER, Acácia Zeneida. A formação de educadores no contexto das mudanças no mundo do trabalho: Novos desafios para as faculdades de educação. In: **Educação e Sociedade**. Agosto de 1998, vol.19, nº.63, p.105-125. ISSN 0101-7330

PATTO, Maria Helena Souza. Formação de professores: o lugar das humanidades. In BARBOSA, Raquel Lazzari Leite. **Trajetórias e perspectivas da Formação de educadores**: São Paulo: Editora UNESP, 2004. p. 61-78.

SAVIANI, Dermeval Educação: do censo comum à consciência filosófica. São Paulo: Autores associados, 2000.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Preparação técnica e formação ético-político dos professores. In **BARBOSA**, Raquel Lazzari Leite. **Formação de educadores: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 2003. p. 71-90.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Resolução COPE/UFMS Nº 057 de 12 de Dezembro de 1983. Dispõe sobre a revisão da Portaria 129-A de 1980.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Resolução COPE/UFMS Nº 058 de 11 de Abril de 1990. Dispõe sobre o tempo útil do Curso de Pedagogia, mudança de nome das habilitações e disciplina de educação física.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Resolução COPE/UFMS Nº 086 de 18 de Dezembro de 1992. Dispõe sobre o currículo pleno, matriz curricular, ementário e tempo útil do Curso de Pedagogia da UFMS.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Resolução COPE/UFMS Nº 045 de 29 de Janeiro de 1990. Dispõe sobre a estrutura curricular da Curso de Pedagogia.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Resolução COPE/UFMS Nº 145 de 26 de Outubro de 1990. Dispõe sobre a estrutura curricular da Curso de Pedagogia.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Portaria UFMS Nº 091-A DE 1980. Dispõe sobre a criação do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Portaria UFMS Nº 129-A DE 1980. Dispõe sobre o currículo pleno, matriz curricular, ementário e tempo útil do Curso de Pedagogia da UFMS.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Resolução CAEN/UFMS Nº 15 de 13 de Março de 2000. Dispõe sobre o currículo pleno, e das Habilitações: educação Infantil e Primeiros Anos do Ensino Fundamental/Licenciatura /CCHS.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Resolução CAEN/UFMS Nº 05 de 17 de Abril de 2001. Dispõe sobre o currículo pleno, e das Habilitações: educação Infantil e Primeiros Anos do Ensino Fundamental/Licenciatura /CCHS.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Anais do seminário do Curso de Pedagogia: Repensando o Curso de Pedagogia, nº5. Campo Grande, UFMS: Imprensa Universitária, 1989.